



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1440

MEMÓRIA PIONEIRA *VERSUS* MEMÓRIA INDÍGENA: Persistências e contradições no norte do Paraná

Kawanni dos Santos Gonçalves
Pedro Henrique Cezar
Universidade Estadual de Londrina

Resumo. Em comemoração aos 80 anos de Londrina, 104 pioneiros foram homenageados na sede do Instituto Agrônomo do Paraná, em dezembro de 2014. A presença dessa figura compõe o imaginário social da colonização do norte do Paraná. Entre os festejos do referido aniversário, não houve homenagens ou referências aos povos indígenas que residiram (e residem) nessa região há séculos. Embora estudos na área da arqueologia e da história apontem indícios da presença desses povos nos séculos passados, a ideia do “vazio demográfico” ainda persiste, entre alguns segmentos sociais. Em função disso, desenvolvemos um projeto¹ que visa estudar as coleções etnográficas do Museu Histórico de Londrina, ainda pouco exploradas, conferindo visibilidade e reconhecimento aos exemplares da cultura indígena. Resgatar a memória de um grupo significa, entre muitas questões, (re)afirmar sua identidade. Para tanto, a princípio, discutiremos como foi construída essa memória/mito do “vazio demográfico” no início do século XX, e como se deu sua extensão e permanência ao longo dos anos - temática abordada neste artigo. Utilizaremos, com essa finalidade, recortes de jornais e entrevistas disponíveis na referida instituição museal. Pretendemos, também, explanar a bibliografia que discorre sobre disputa de memória e/ou hegemonias culturais, a fim de endossar nossos propósitos.

Palavras-chave: Memória; Pioneirismo; “Vazio-demográfico”; Indígenas.

¹ Projeto de iniciação científica ligado ao Projeto de Pesquisa “Patrimônio e Museu: a história das coleções e do acervo do Museu Histórico de Londrina/PR (1970/2000)”, desenvolvido no Departamento de História, da Universidade Estadual de Londrina, sob a orientação da professora Cláudia Eliane P. Marques Martinez.

Na década de 80, os museus se multiplicam no Brasil. Conforme a historiadora Leticia Julião (200X), esse processo se deve, entre outros fatores, à globalização e à redemocratização vigente no país. Nesse contexto, diferentes segmentos sociais “reivindicam o direito à memória” e os museus se tornam espaços “propícios à afirmação de novas identidades coletivas”, entre os quais, os grupos indígenas. Os propósitos de nosso projeto no Museu Histórico de Londrina (MHL) visam resgatar, a partir de sua coleção etnográfica, a memória do referido grupo social. Para tanto, no início dessa pesquisa, faz-se necessário estabelecermos de que modo e por que, no processo de colonização de Londrina e região, a memória pioneira suprimiu a memória indígena, e por quais meios essa relação arbitrária ainda se estabelece, em certa medida, no presente.

Sabemos, por meio das ciências arqueológicas, que grupos humanos habitavam o atual Estado paranaense há cerca de 10 mil anos. Nos dias de hoje, ainda vivem nas bacias do Tibagi grupos Kaingang, Guarani, sobreviventes Xetá e Xokleng. De que modo, assim, podemos considerar – como muitos discursos o fizeram/fazem - a região enquanto “vazio demográfico” no começo do século XX? Há, sem dúvida, um hiato nesse aspecto da história. Lúcio Tadeu Mota resgata a presença indígena nesse período da região a partir de relatos de expedições oficiais e relatos de viajantes, além de ofícios da burocracia governamental. Por exemplo, ao citar o depoimento do engenheiro Gordon Fox Rule:

“Certa vez paramos na estrada para encher de água o radiador de nosso fordeco e de repente ouvimos de todos os lados, vindos da mata, o som de paus batendo nas árvores. Eram os índios que então existiam nos arredores do que viria a ser a progressista Londrina de hoje. Isso foi em 1930. (...)”. (Lévi-Strauss *apud* MOTA, p. 89, 1994).

Claude Lévi-Strauss, a partir de suas fotografias, e a antropóloga Kimiye Tommasino igualmente remontam à história indigenista nos séculos XIX e XX, no Estado do Paraná. Em um de seus artigos, Tommasino (2013) aponta a violência e os conflitos entre colonos e índios – estes em sua expulsão, extermínio ou reclusão às reservas indígenas sempre mais limitadas territorialmente. Nesse processo, a autora remete ao “genocídio biológico”, à contratação de bugreiros e até mesmo de outras famílias Kaingang para a atração de índios “bravios” e a concretização dos propósitos “brancos”. A antropóloga ainda afirma que no período entre 1895, com o

falecimento do diretor do aldeamento São Pedro de Alcântara – localizado às margens opostas no Tibagi à antiga colônia militar de Jataí –, e o início do projeto de colonização inglês para essa área há “obscuridade histórica”. Essa constatação decorre do discurso sobre “vazio demográfico” nessa região, constituído nas décadas iniciais do século XX.

No que concerne ao discurso referido acima, Lúcio Tadeu Mota realiza uma longa discussão a respeito. Em síntese, o autor apresenta como sendo os agentes dessa projeção:

“a história oficial das companhias colonizadoras; as falas governamentais e sua incorporação nos escritos que fazem a apologia dessa colonização exaltando seu pioneirismo; os geógrafos que escreveram sobre a ocupação nas décadas de 30 a 50 do século XX; a historiografia sobre o Paraná produzida nas universidades e, por fim, os livros didáticos, (...) repetindo para milhares de estudantes do Estado a ideia da região como um imenso vazio demográfico, até o início da década de 30 deste século, quando começa, então a ser colonizada.” (MOTA, 1994, p. 9-10).

Em sua obra “As Guerras dos Índios Kaingang. A História Épica dos Índios Kaingang no Paraná (1769-1924)”, Mota traz diversos exemplos e citações desse discurso – em seus respectivos “projetores” - ao longo da década de XX. Nesse cenário, são comuns expressões como “terra devoluta” – que remete, no próprio dicionário, a terreno vazio, desocupado -, terras virgens ou “sertão desabitado”. É interessante observar que, nesse período, o tratamento legado aos indígenas era o de considerá-lo enquanto “selvagem”, “primitivo” ou, em uma linguagem romântica, “bom selvagem”. Em linhas gerais, desconsiderá-lo, pois o índio era parte dessa natureza “hostil” e “primitiva”. Isso nos possibilita avaliar que, talvez, muitas dessas expressões não signifiquem, concretamente, a “não-presença” indígena. Trata-se, de outro modo, de narrativas que se pautam pela ideologia hegemônica e etnocêntrica dos “vencedores” dos conflitos, os “pioneiros” no caso, que excluem diversos grupos sociais – o mesmo ocorre com as ideias de que não havia escravos na região, hoje, paranaense. Uma citação de Lévi-Strauss sobre os Kaingang no Tibagi, referida por Mota, explicita essa perspectiva:

“Encontramos aqui lado a lado, restos das populações indígenas ainda próximas dos centros civilizados e as formas mais modernas de colonização interna. Foi por esta razão que orientei as minhas primeiras excursões na direção desta zona do norte do Paraná. [...] tinha-se conservado praticamente virgem até a década de 1930, principalmente se exceptuarmos os bandos índios que ainda por lá vagueavam.” (MOTA, 1994, p. 87-88).

No contexto da época, os primeiros anos da República no Brasil, as preocupações com a formação de uma identidade nacional eram constantes, tanto por parte do Estado quanto das elites, que visavam legitimar seu poder. O recente modelo de governo instituído carecia de um “projeto de nação” para sua própria sobrevivência – basta pensarmos acerca dos movimentos que resistiram à República, como “Canudos”. A integração necessária à finalidade mencionada decorreu da consciência do espaço geográfico. Assim, era preciso ocupar os espaços internos do país, utilizando seus recursos e inculcando os ideários progressistas em suas “populações sertanejas”. Enfim, era preciso “civilizar” toda a nação para se constituir um “estado nacional moderno” – e por “civilizar” podemos entender, nos termos de Gilmar Arruda, “‘homogeneizar’ ou ‘soldar’ territórios” às prerrogativas de “ordem e progresso”. Desse modo, o “desenvolvimento” tecnológico – e social - desse espaço desabitado construía um imaginário social que corroborava com as aspirações desse novo Estado centralizado. Por isso a pertinência e validade do “vazio demográfico”. Após quase um século da elaboração dessas narrativas, o índio hoje – apesar das referências aqui apresentadas – permanece obliterado nos discursos sociais, tanto a respeito dos processos de colonização no Paraná quanto no que se refere a sua participação na sociedade vigente. É necessário discutir, portanto, os modos pelos quais se efetivam essas permanências. Nesse artigo, analisaremos essas memórias indígenas e “pioneiras” à guisa da obra de Edward Said, “Orientalismo” (1990).

Memória pioneira *versus* memória indígena: persistências

Faz-se conveniente, a princípio, sintetizarmos o referido trabalho do autor palestino. Qual o significado – ou quais os significados - do título de sua obra? Brevemente, significa algo “histórica e materialmente definido”. Embora cite outras definições atribuídas à palavra, nos termos e na perspectiva do autor:

(...) o orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição organizada para negociar com o Oriente – negociar com ele fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o: em resumo, o orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente. (SAID, 1990, p. 15).

Em outras palavras, e de modo bastante sucinto, Edward Said defende que o orientalismo é um “sistema de conhecimento sobre o Oriente”. Envolve, assim, uma

gama de textos – orientalistas – passíveis de serem ensinados em universidades, livros, congressos, institutos de relações exteriores, entre outros. Da mesma forma, convenciamos chamar as questões indígenas de “Indigenismo”. As definições de Edward Said, citadas acima, para o orientalismo também podem ser atribuídas para explicitar as relações entre “brancos” e índios. Conforme demonstramos anteriormente, Lúcio Tadeu Mota apresenta como agentes das projeções do discurso do “vazio demográfico” no século XX setores acadêmicos – geógrafos, sociólogos, historiadores, livros didáticos – e de prestígio social – como as companhias colonizadoras e as “falas” governamentais. A essência comum desses setores reside no fato de que seus conhecimentos produzidos são transmitidos diretamente à sociedade civil, lugar em que opera a cultura.

A respeito de cultura, Said cita Gramsci para afirmar que em sociedades não-totalitárias, a influência de ideias, instituições e outras pessoas ocorre através do consenso e que, portanto, há formas culturais predominantes ou hegemônicas. Segundo Said, a cultura hegemônica desse Ocidente é a cultura europeia e sua hegemonia decorre de um elemento intrínseco a ela: “(...) a ideia da identidade europeia como sendo superior em comparação com todos os povos e culturas não-europeus” (SAID, 1990, p.19). Ora, a aproximação com o “indigenismo” brasileiro é notória. No Paraná, os “pioneiros” carregavam – e alguns ainda o fazem - essas noções de superioridade cultural, por isso se exprimia diversas vezes as relações entre índios e “brancos” como “civilização versus barbárie”. A autora Acilda Rita Ramos disserta que

“Se fôssemos escolher uma única palavra para descrever a reação do Brasil a seus índios, essa palavra seria ambivalência. Desde o momento, em 1500, da descoberta do Brasil pelos portugueses, a tendência de ver os índios como filhos do Paraíso ou como ignóbeis selvagens que precisam ser civilizados veio aumentando ao longo dos séculos para desembocar numa verdadeira esquizofrenia na política indigenista oficial.” (RAMOS, 1997, p.12).

Determinada cultura não se torna hegemônica simplesmente por que deseja ou por que pensa ser. Essa característica encontra respaldo nas “hierarquias de poder” das sociedades. A “elite branca” domina a sociedade não apenas nos campos políticos e militares, mas principalmente no ideológico. Para nosso autor palestino, o que confere ao orientalismo sua persistência ao longo dos anos é justamente essa hegemonia, ou melhor, provenientes dela - como livros e matérias publicadas. A perspectiva de “natural” superioridade europeia penetrou os orientalistas, que repassaram suas erudições – através dos meios já citados - às sociedades civis, formatando a cultura europeia hegemônica, configurando a cultura ocidental. Esta enxergaria o Oriente, apesar de sua robusta heterogeneidade, sempre como um “único bloco”, “o outro”, “o diferente”, “o inferior”; o compreenderia

por meio de rótulos como o exotismo e a crueldade orientais, ou o esplendor e a sensualidade orientais. Da mesma forma, os indígenas brasileiros são sempre referenciados como “único bloco”, “o outro”, raramente em suas etnias e especificidades de grupo. Nos dias atuais, através da mídia – conforme veremos a seguir -, é possível perceber ainda a preponderância – e arbitrariedade - da “cultura hegemônica pioneira” sobre os povos indígenas no norte paranaense, apesar de matérias que atestam a (re)valorização da identidade indígena.

No curso das comemorações dos aniversários de Londrina, o jornal “Folha de Londrina” publicou o texto “Londrina pensando no futuro”, em 08 de dezembro de 1990. Segue um trecho do discurso elaborado:

“Londrina é sempre diferente. Mudou muito em 56 anos. Cresceu, subiu, tomou espaço num processo contínuo que não leva em conta crises, dificuldades ou temores. Afinal, londrina nasceu quando o mundo estava mergulhado numa guerra. E, logo depois, o Brasil caiu numa terrível ditadura. Mas nada disso fez temer os pioneiros.” (Acervo “Recortes Folha de Londrina”, CDPH, UEL).

Em 1993, outra reportagem da Folha de Londrina (do Acervo “Recortes Folha de Londrina”, CDPH, UEL), agora em homenagem aos 59 anos, traz manchetes e destaques bastante sugestivos, como o título “Uma clareira é aberta em meio à floresta. Chegam os colonizadores ingleses”, ou ainda “os desbravadores adubaram a terra virgem com o seu suor”.

Já no século XXI, no ano passado, em comemoração aos 80 anos da “pequena Londres”, 104 pioneiros foram homenageados na sede do Instituto Agrônomo do Paraná em dezembro. Entre os festejos do referido aniversário, não houve homenagens ou menções aos povos indígenas que residiram (e residem) nessa região há séculos. Na “Folha Web” foi realizada uma retrospectiva dos 80 anos de Londrina e, ano após ano – desde 1934 -, não encontramos nenhuma referência ao processo histórico indígena na região. Há, em contrapartida, uma sessão neste canal intitulada “Norte Pioneiro”. Ao andar pela cidade, observamos, por exemplo, as cabines telefônicas de modelo inglês instaladas no “calçadão”. Além disso, há pouco foi inaugurado o “Shopping Boulevard” em Londrina, de inspiração inglesa em sua arte decorativa. É notório, portanto, que a figura do “pioneiro” – e, em especial, o inglês -, bem como a ideologia de progresso que o termo concentra, ainda está incutida no imaginário social, se sobrepondo aos nossos grupos indígenas. Entendemos o imaginário social, através das considerações do professor Campos (2011), “não só como o espaço de expressão das expectativas e

aspirações populares latentes, mas também como o lugar de lutas e conflitos” entre os grupos sociais. E ainda,

“De acordo com o desenvolvimento do imaginário social com que um grupo elaborasse a sua identidade seria formulada, dessa maneira, uma imagem de si; estipularia a distribuição dos papéis e das posições sociais, assim ratificando a hierarquia social expressa e inserida pela autoridade”. (CAMPOS, 2011).

No acervo de imagens e sons do Museu Histórico de Londrina, as entrevistas a respeito da colonização da cidade, em geral, também enaltecem o pioneiro. É o caso, por exemplo, deste trecho da entrevista de Carlota Melo Peixoto Davids por George Craig Smith – concedida em 1977:

GCS: O que achou de Londrina agora desta vez?

CD: Ah! É inacreditável o progresso!

GCS: Quem esteve em Londrina desde o começo em plena mata virgem, hoje acha uma coisa espetacular, extraordinária mesmo, e graças a Deus foi tudo construído por estes bravos pioneiros, grande parte paulistas e muitos ingleses também, e hoje nós temos naquela região uma verdadeira civilização. (DAVIDS, 1977, p.02)

Ou ainda a entrevista do Dr. João Figueiredo a Olímpio Luís Westphalen, em 1982:

“JF: Eles contaram-me sobre Londrina e, com grande entusiasmo sobre o sertão paranaense, as terras virgens e as amizades que haviam feito em Londrina e me aconselharam que fosse para lá, já que eu estava aguardando o resultado do concurso de São Paulo.” (FIGUEIREDO, 1982. p.03)

Ao buscarmos no Museu Histórico de Londrina entrevistas que mencionassem os indígenas na região, os resultados foram insatisfatórios. Poucos entrevistados abordaram a questão indígena e, aqueles que o fizeram, respondiam conforme a discutida “cultura hegemônica pioneira”. O entrevistado Kepler Palhano, remete aos índios em um pequeno trecho de seus relatos:

KP: Não era propriamente um aldeamento... logo acima de Jatai existe uma ilha (Ilha do Pássaro Preto) onde moravam umas vinte famílias de índios já civilizados[...].” (PALHANO, 1998, p.4).

A partir desses exemplos, está claro que diversos “lugares sociais” – como a mídia e os locais públicos - ainda promovem o discurso pioneiro e, por seus silêncios, o “vazio demográfico”.

Em contrapartida e ao mesmo tempo, conforme mencionamos no início deste artigo, o processo de redemocratização no Brasil tem ampliado o reconhecimento de diversos grupos identitários, entre os quais, os indígenas. A autora Alcida Ramos discorre a respeito dos movimentos indígenas ao longo dos últimos anos e afirma que a demora para a organização desses grupos se deve às dificuldades físicas e financeiras para transporte e comunicação, à dispersão das comunidades por todo o país, às distinções de línguas e costumes, mas, sobretudo, às políticas estatais que, ao considerar os indígenas “incapazes” por muito tempo, inclusive na constituição, mantiveram seu isolamento político, inclusive restringindo a circulação desses grupos fora das reservas. Mas a partir do final dos anos 80, surgiram múltiplas entidades,

“uma proliferação de pequenas associações vivendo de modo relativamente independente, com poucos pontos de convergência além da problemática subjacente de se ser índio num país que enfatiza fortemente a homogeneidade cultural” (RAMOS, 1997, p.06).

A autora discorre ainda que, embora inserir a “etnicidade” no campo político seja decorrente de agentes de fora das comunidades – como os antropólogos com sua valorização da diversidade -, sob o comando dos indígenas, essa tendência surpreende. Uma reportagem local da “Folha web”, de Diego Prazeres, intitulada “Identidade. Escola reforça a valorização da cultura” (29/06/2014), traz entrevista com a coordenadora da escola da Terra Indígena Apucarantina, Jaciele Nyg Kuita, de 25 anos, que nasceu no aldeamento de Mangueirinhas – região sudoeste do Paraná – e cursa Psicologia à distância em Maringá. A matéria se refere ao ensino dos kaingang nessa Terra Indígena, informando que os alunos aprendem sua língua natal, durante o primeiro e segundo ano, e participam de atividades pedagógicas na escola que remetem à sua cultura. Segundo a reportagem, “cultura que Jaciele diz acreditar que está sendo revitalizada e não resgatada”. Para a coordenadora da escola, “quando a criança tem a autoestima elevada e valoriza a sua cultura, não vai ter dificuldade de se posicionar como índio na cultura do não índio”.

Outra reportagem na “Folha web” com a mesma data (29/06/2014) – também por Diego Prazeres -, atesta que a coordenadora da Terra Indígena Apucarantina certamente possui expectativas em conformidade com os dados do IBGE de 2010, de acordo com o texto “Identidade. População indígena cresce 178% no Brasil”.

Segundo a matéria, no caso específico da Terra Indígena Apucarantina, o crescimento foi de 276% ao longo de vinte anos. É interessante na reportagem o relato do kaingang Moacir Campolin, de 61 anos (hoje), no qual afirma: "Nasci, me criei e casei aqui. O branco é que tem o costume de nascer num lugar e morar em outro depois que casa, para ganhar dinheiro". O texto termina dissertando a respeito dos números do IBGE, e conforme especialistas "os números são atribuídos à melhoria da autoestima e, conseqüentemente, ao aumento das pessoas que se autodenominam índios nas pesquisas".

Enfim, o norte paranaense fora "sertão" em um passado bastante remoto e, portanto, certos "lugares-comuns" de se perceber a história dessas áreas ainda são recorrentes. Remeter ao "progresso", à figura do "pioneiro civilizador" e idealizá-los, esquecendo o extermínio e abandono das comunidades indígenas – além de todo "o preço que hoje pagamos" por essa "modernidade", em um Brasil repleto de contradições -, significa se submeter aos discursos daqueles que ainda permanecem no poder. A memória é disputa de poder! Ao mesmo tempo, julgar esses velhos "pioneiros" sem buscar compreendê-los em seu próprio contexto, também nos faz "menos historiadores". Não podemos ignorar a consolidação dessa "velha memória", que fora bastante real para esses "primeiros homens" e que ainda se mantém em muitos da nova geração. Afinal, sua persistência decorre do fato de que,

"[...] quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual." (POLLACK, 1992, p.7).

É importante, portanto, que novos estudos se debrucem sobre as questões indígenas - bem como sobre os demais grupos minoritários – e escrevam suas histórias, sua memória. Esperamos que nossas pesquisas endossem diversificadas produções a esse respeito – como exposições museais ou como a cinematografia tem ressaltado, por exemplo, com filmes e documentários –, a fim de que possamos resgatar, ou melhor, "revitalizar" a identidade indígena e, desse modo, garantir seus direitos em nossa sociedade de hegemonia "branca". Em linhas gerais, com relação às persistências e contradições das memórias indígena e pioneira no norte do Paraná,

“(...) podemos frisar que o imaginário social interage na vida coletiva das sociedades humanas. Sua atuação no meio social se estrutura possivelmente através de uma relação binária e de oposição, como: *‘legitimar/invalidar; justificar/acusar; tranquilizar/perturbar; mobilizar/desencorajar; incluir/excluir, etc.’* Além disso, o imaginário social dependeria, (...), dos meios de comunicação para poder difundir as ideias e assim legitimar seu discurso de poder, de acordo com os interesses de um determinado segmento social”. (BACZKO *apud* CAMPOS, 2011).

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gilmar. Mapas, ferrovias e a civilização do sertão. In: _____. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru-SP: Edusc, 2000, p.99-129.

CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. As reflexões sobre o Imaginário Social. **História e-História**, v. 1, p. 1-1, 2011.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As Guerras dos Índios Kaingang**: A História Épica dos Índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá, Ed. UEM, 1994.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAMOS, A. R. Convivência interétnica no Brasil. Os índios e a nação brasileira. **Série Antropologia**. Brasília, 1997.

SAID, E. W. (1978). **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TOMMASINO, K. Os povos indígenas na Bacia do Tibagi. **Boletim Museu Histórico de Londrina**, Londrina, v.1, n.1, jul/dez. 2009.